



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

ACTA N.º.9/2003 **REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE** **BORBA REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2003**

Aos catorze dias do mês de Maio do ano de dois mil e três, no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Vila de Borba, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Artur João Rebola Pombeiro e Humberto Luís Russo Ratado, vereador eleito pela CDU Joaquim José Serra Silva, sob a Presidência do Sr. Dr. Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Presidente da mesma Câmara.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista da Câmara Municipal de Borba.-----

Movimento Financeiro-----

Foi distribuído e presente o resumo diário de tesouraria do dia treze de Maio de 2003, que acusa um total de disponibilidades de **229.555,00 (duzentos e vinte nove mil quinhentos e cinquenta e cinco euros)**.-----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – Assuntos Gerais de interesse para a autarquia-----

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião e perguntou ao restante executivo se tinha algum assunto geral de interesse para a autarquia que pretendesse apresentar. Nenhum eleito apresentou nenhum assunto, tendo o Presidente passado de imediato ao ponto seguinte:-----

1.2 – Proposta de Alteração à Ordem do Dia -----

Por proposta do Presidente, **foi deliberado, por unanimidade**, alterar a Ordem do Dia, ficando a mesma com a composição conforme abaixo descrita:-----

2. ORDEM DO DIA

A Ordem do Dia passou a ter a seguinte composição:-----

Ponto 2.1 – Pedido de Suspensão do Mandato apresentado pelo vereador eleito pela CDU João Manuel Rato Proença-----

Ponto 2.2 – Aprovação da Acta N.º.8/2003-----

Ponto 2.3 – Requerimentos-----

Ponto 2.4 – Emissão de Alvará de Loteamento-----

Ponto 2.5 – Apresentação da Candidatura “Beneficiação de Caminhos de Acesso à UNOR 2” – Reformulação-----

2.6 – Venda de Lotes Habitacionais destinados a habitação própria e permanentes de Jovens:

a) Abertura de Concurso Limitado-----

b) Nomeação da Comissão de Avaliação das Candidaturas-----

2.7 – Marcação de Hasta Pública para venda de lotes nos Loteamentos Habitacionais de Nossa Senhora da Vitória (Barro Branco), da Nave (Nora) e do Forno (Orada)-----

2.8 – Anulação da deliberação Camarária de 16/04/03 – Proposta de alteração aos Regulamentos de Venda de Lotes Habitacionais dos Loteamentos de Nossa Senhora da Vitória (Barro Branco), da Nave (Nora) e do Forno (Orada)-----

2.9 – Actividades da Câmara-----

Ponto 2.1 – PEDIDO DE SUSPENSÃO DO MANDATO APRESENTADO PELO VEREADOR ELEITO PELA CDU JOÃO MANUEL RATO PROENÇA

O vereador eleito pela CDU João Manuel Rato Proença apresentou pedido de suspensão de mandato, pelo período de um ano, com efeitos a partir de dia 23 de Abril de 2003.-----

Tendo em conta o preceituado no n.º.2 do artigo 77º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º.5-A/2002 de 11 de Janeiro, esteve presente o referido pedido que depois de apresentado pelo Presidente da Câmara foi apreciado e colocado à votação. Não havendo qualquer inconveniente por parte dos eleitos presentes, e porque o pedido cumpre as formalidades legais, **foi deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.**-----

O Sr. Presidente informou que, na sequência do pedido de suspensão apresentado pelo vereador João Proença e, nos termos do n.º.4 do artº. 76 da Lei n.º.169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º.5-

A/2002 de 11 de Janeiro, foi convocado o Sr. Vicente Ermitão para substituir o referido vereador. *Como tal, o Sr. Vicente Manuel Ameixa Ermitão a partir de agora é o vereador substituto do vereador João Manuel Rato Proença pelo período de um ano, tendo de imediato integrado a reunião.*-----

Ponto 2.2 – APROVAÇÃO DA ACTA Nº. 8/2003 -----

Previamente distribuída, por todo o executivo, e após a introdução de algumas correcções, **foi deliberado, por unanimidade** aprovar a acta nº.8/2003.-----

Ponto 2.3 – REQUERIMENTOS-----

Relativamente aos requerimentos apresentados, por proposta do Vereador Artur Pombeiro, a Câmara Municipal tomou as seguintes deliberações:-----

a) Pedidos de viabilidade -----

Processo: **42/03** -----

Requerente: **José Luis Marianito da Silva** -----

Morada: Largo dos Combatentes, 18 - Borba -----

Local: Olival no sitio do Barro Branco - Borba -----

Objecto de Requerimento: Pedido de viabilidade para construção. -----

Pretende o requerente saber da possibilidade de construir num prédio rústico com 11.250 m². À luz do Plano Director Municipal em plena eficácia, a parcela em causa localiza-se em Floresta de Protecção, estas áreas - integram áreas identificadas no âmbito da REN como áreas com riscos de erosão e/ou cabeceiras das linhas de água. Nas situações onde seja legalmente admissível a construção de acordo com a legislação em vigor, o índice máximo de construção aplicado a estas áreas é 0.003. Segundo o n.º1 do artigo 4º do DL 93/90 de 19 de Março, nas áreas incluídas na REN são proibidas as acções que se traduzem em operações de loteamento, obras de urbanização, construção de edifícios, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal.-----

Atendendo que nas áreas de Floresta de Protecção não são permitidas novas construções, conclui-se que a pretensão não tem acolhimento no Plano Director Municipal em eficácia, pelo que se propõe o indeferimento do pedido de viabilidade. -----

No seguimento da notificação da proposta de indeferimento da pretensão, no cumprimento do disposto no artigo 100º do Decreto Lei n.º6/96 (Código Procedimento Administrativo), o requerente entregou nos Serviços

Técnicos no dia 4 de Abril do corrente ano, a contestação à proposta de indeferimento do pedido. Tomando em consideração a exposição do requerente, acrescenta-se que não estão cumpridas as disposições do Plano Director Municipal em eficácia, pelo que o teor do parecer se mantém, propondo-se o indeferimento do pedido de viabilidade. **O requerente já foi informado da pretensão de indeferimento do processo de acordo com o parecer técnico não se tendo pronunciado de acordo com o artigo 100º do CPA, pelo que propõe-se o indeferimento da pretensão.** -----

Analisada a proposta foi deliberado, por maioria com três votos a favor e duas abstenções indeferir o pedido.-----

Os vereadores eleitos pela CDU, abstiveram-se e apresentaram a seguinte declaração de voto: “A prática neste concelho não está a ser seguida de acordo com os pareceres técnicos, ou seja, estão perante um caso em que o munícipe seguiu os caminhos legais, e a pretensão aparece indeferida. Contudo, existem outros casos que mesmo não seguindo os caminhos legais, realizaram-se, executaram-se e, resolveu-se o problema. Recomendaram à Câmara Municipal que, para poder ter esta atitude perante os munícipes, tem que efectivamente melhorar a sua fiscalização e tratar todos por igual. A Câmara nada fez para conter os embargos que existiam, nem para conter os embargos em áreas da REN. Alguns deles têm vindo a avançar e estão quase concluídos, enquanto outros, mesmo querendo seguir os caminhos legais, não podem, porque estão delimitados no âmbito da REN. Quando a Câmara começar a ter um comportamento e uma postura no terreno igual àquela que têm os pareceres técnicos, os vereadores da CDU estão na disposição de votarem favoravelmente os pareceres técnicos e de acordo com o que lhes é proposto. Enquanto a posição no terreno for diferente da dos pareceres técnicos a CDU abstém-se porque não pretende ficar vinculada a este tipo de decisões”.-----

Ponto 2.4 – EMISSÃO DE ALVARÁ DE LOTEAMENTO----

Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de dia 16 de Abril de 2003 (Minuta de Contrato de Urbanização para Execução das Infraestruturas do Loteamento da Horta do Rossio), propõe-se a emissão do respectivo Alvará de Loteamento que ficará com o seguinte teor:-----

-----ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/2003-----

Existindo contrato de urbanização entre a Câmara Municipal de Borba e Borprojecto – Construções Lda, pessoa colectiva n.º503463825, com sede na Rua Conselheiro Martins de Carvalho n.º5 – 4º esq. – Lisboa, para a execução das obras de urbanização do loteamento urbano do prédio rústico sito na Horta do Rossio, em Borba, da freguesia Matriz deste Concelho, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Borba sob o número 01736 de 99/04/28, contrato esse que assegura o reembolso integral das despesas

que a Autarquia efectue com as referidas obras de urbanização, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 47º do Decreto-Lei n.º 448/91 de 29/11 com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 334/95 de 28 de Dezembro, é officiosamente emitido o presente alvará, licenciando-se a operação de loteamento.-----

A operação de loteamento apresenta, de acordo com a planta de síntese, as seguintes características:-----

n.º lote	Área por lote (m ²)	Área Máx. Implantação	Área Máx. Construção (m ²)	utilização	Tipologia	N.º de Pisos	N.º de Fogos
1	138.00	89.10	178.20	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
2	139.60	90.15	180.30	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
3	145.00	92.00	184.00	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
4	145.78	92.30	184.60	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
5	142.80	91.15	182.30	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
6	144.64	92.58	185.16	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
7	143.76	91.60	183.20	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
8	150.85	95.45	190.90	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
9	159.08	99.48	198.96	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
10	155.20	98.00	196.00	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
11	144.11	92.00	184.00	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
12	141.31	89.70	179.40	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
13	140.88	90.28	180.55	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
14	142.45	89.99	179.98	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
15	141.49	91.43	182.86	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
16	141.31	91.14	182.28	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
17	144.55	91.43	182.86	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
18	140.18	90.56	181.12	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
19	134.16	93.90	187.80	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
20	143.24	96.89	193.78	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
21	141.05	96.08	192.16	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
22	141.66	96.03	192.06	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
23	145.69	102.06	204.12	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
24	148.83	106.15	212.30	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
25	141.92	98.38	196.76	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
26	139.91	93.84	187.68	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
27	138.86	93.50	187.00	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
28	140.35	94.88	189.76	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
29	142.45	95.51	191.02	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
30	136.44	93.21	186.42	Hab./garagem	Unifamiliar	2	1
31	1986.85	586.50	1740.00	hotelaria	24 quartos	3	-
totais	6.282.40	3.405.27	7.377.54				31

- Área total da parcela: 9.375.00 m²-----

- Índice de implantação: 0.36-----

- Índice de construção: 0.79-----

- Densidade Populacional: 203.0 hab/ha-----

São cedidos à Câmara Municipal de Borba, para integração no domínio público 3.092.60.00 m², destinados a faixas de rodagem, estacionamento, passeios, áreas públicas de circulação e espaços verdes, conforme planta de síntese.-----

A execução das obras de urbanização é titulada pelo contrato de urbanização celebrado entre a Câmara Municipal de Borba e a firma Borprojecto -Construções Lda, em 7 de Maio de 2003.-----

Antes de se passar à votação da proposta, o vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra colocou a seguinte questão: “Na última reunião de Câmara, aquando da aprovação da Minuta de contrato de urbanização para execução das infraestruturas do loteamento da Horta do Rossio, os vereadores eleitos pela CDU fizeram alguns reparos e sugeriram que os mesmos fossem transmitidos à consultora jurídica da Câmara no sentido de ver se eram ou não pertinentes”. Perguntou se a questão foi vista com a Jurista e se houve alguma pertinência nalguma das questões que foram levantadas.-----

Referiu que colocou estas questões, não pelo facto de causar qualquer obstáculo, mas sim, porque entende que se forem tratadas poderá melhorar, em termos de texto, o contrato de urbanização. Referiu também que outras das questões que foi colocada foi a necessidade das cauções das garantias bancárias sobre as infraestruturas que a Câmara ia fazer que, no seu entender são despropositadas. Acautelou também que o alvará fosse feito de imediato para que a Câmara pudesse efectivamente tomar posse dos lotes. Referiu então: como o alvará está aqui hoje para ser aprovado, em relação a esta questão nada tem a opor. No entanto, chamou ainda a atenção para a seguinte questão: “a realização das infraestruturas obedece a projectos, projectos esses que já estão caducados”. Considera que esta é uma questão que a Câmara tem que resolver, tendo em conta que aqueles projectos têm autores e responsáveis técnicos, e tem que ser vista com o promotor do loteamento porque existem declarações dos técnicos responsáveis pelas infraestruturas, que agora poderão deixar de o ser, porque passam para a responsabilidade da Câmara que terá que ter os seus técnicos responsáveis. Sugeriu que no contrato de urbanização deveria também ficar referido “que as infraestruturas são executadas de acordo com os projectos apresentados pelo promotor – sendo da responsabilidade do promotor manter os projectos actualizados.-----

A proposta foi então colocada à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a emissão do referido alvará de loteamento.-----

Ponto 2.5 – APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA
“BENEFICIAÇÃO DE CAMINHOS DE ACESSO À UNOR
2” – Reformulação

Em reunião de Câmara de 18 de Outubro de 2002, foi deliberado apresentar, à CCRA, para efeitos de aprovação, a candidatura “Beneficiação de Caminhos de Acesso à UNOR 2”.-----

A referida candidatura foi reformulada devido a drenagens e estrutura de pavimento, cujo valor passou de 393.607,00 Euros para 534.933,70 Euros, pelo que se propõe a aprovação da referida reformulação.-----

Relativamente a esta proposta, o Sr. Presidente esclareceu tratar-se de uma imposição dos técnicos da DRAOT que apreciaram o projecto e estão muito preocupados com a água, o que obriga a que o projecto tenha que ter as respectivas drenagens e estrutura de pavimento.-----

A título de exemplo o Sr. Presidente referiu que, no caso das águas da Nora, os técnicos da DRAOT para emitirem um parecer sobre o escoamento das águas da estrada que foi feita, querem obrigar a Câmara a fazer um estudo de reperfilamento da ribeira que corre junto ao loteamento. Referiu que, na sua opinião, concorda que deve existir esse estudo. O que não faz sentido é que se faça depender as verbas, que se gastaram com o escoamento das águas, do estudo do reperfilamento a montante. Mais grave ainda é que as águas, antes vinham espraçadas, agora só vêm juntas porque foi feita aquela passagem pela Brisa e as águas vêm todas canalizadas naquela direcção. Contudo, esta responsabilidade não é da Câmara. Poderá ser da Brisa, poderá ser da DRAOT, que não deu os pareceres necessários. O que é completamente descabido é obrigarem a Câmara a fazer aquele estudo, não pelo facto da sua importância, mas sim pela atitude da DRAOT.-----

Usou da palavra o vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra, referindo que, na sua opinião, a Câmara deveria pedir à DRAOT que lhe mostrasse o reperfilamento da ribeira de acordo com a obra da auto-estrada, porque a Câmara não tem dados sobre o volume de água que vem da auto-estrada, que lhe permita fazer o estudo de reperfilamento e a DRAOT deve ter esses dados.-----

Reportando-se à reformulação da candidatura o vereador Joaquim Serra referiu que seria melhor ter em atenção o valor que a Câmara tem em PPI para esta obra, porque não convém aprovar esta reformulação com um valor diferente daquilo que consta em PPI sem que se faça a respectiva alteração. Referiu ter uma vaga ideia que esta obra está dotada com um valor muito mais baixo. Pediu então ao Sr. Presidente que os serviços verificassem qual é a dotação desta obra em termos de PPI e em termos de

faseamento. *O Sr. Presidente* referiu ter dúvidas se as verbas que constam em PPI têm que ser igual ou superior ao valor da obra. Julga que em termos de valores, os que aparecem no PPI têm que ver com os orçamentos, e os orçamentos podem ser alterados, é preciso é que a verba esteja cabimentada. Referiu o vereador Joaquim Serra que é preciso que a parte da verba que se vai executar este ano esteja cabimentada no orçamento deste ano, mas no PPI tem que estar orçamentada pelo total da obra, e, depois tem que estar faseada no tempo, porque se trata de uma obra que não é feita num ano.-----

Para clarificar melhor esta questão, o Presidente pediu ao técnico responsável pela elaboração dos documentos orçamentais que verificasse esta questão nos documentos para poderem passar à votação da proposta.---

Consultados os documentos (PPI e Orçamento) constatou-se que esta obra está dotada com um valor mais baixo, daí ser necessária a realização de uma alteração ao Orçamento e PPI.-----

A proposta foi colocada à votação, **tendo sido deliberado, por unanimidade aprovar a reformulação da candidatura.**-----

Os eleitos da CDU votaram favoravelmente com a condicionante de que o Sr.Presidente efectue a referida alteração ao Orçamento e ao PPI no sentido de dotar o investimento pela totalidade do seu valor.-----

Ponto 2.6 – VENDA DE LOTES HABITACIONAIS DESTINADOS A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DE JOVENS:-----

a) Abertura de Concurso Limitado-----

Tendo em conta o Regulamento para venda de Lotes Habitacionais para Jovens, **foi deliberado, por maioria, com quatro votos a favor, por o Presidente estar ausente,** abrir Concurso Limitado para apresentação de Candidaturas, para venda dos seguintes lotes de terreno:-----

Loteamento Habitacional da Senhora da Vitória – Barro Branco-----

Lote n.º	Área (m ²)	N.º de Pisos	Utilização	Valor da adjudicação
16	166.50	2	Habitação Unifamiliar	11.900 €
17	166.50	2	Habitação Unifamiliar	11.900 €

Loteamento Habitacional do Forno – Orada-----

Lote n.º	Área (m ²)	N.º de Pisos	Utilização	Base de Licitação
22	227.5	1.5	Habitação Unifamiliar	9.800 €
23	227.5	1.5	Habitação Unifamiliar	9.800 €

b) Nomeação da Comissão de Avaliação das Candidaturas-----

Para o efeito, foi deliberado, por maioria, com quatro votos a favor, por o Presidente estar ausente, nomear a seguinte Comissão de Avaliação das Candidaturas:-----

- . Marcelina de Jesus Gazimba Godinho Rosado Mendanha – Chefe de Divisão-----
- . Nuno Miguel Batalha Cavalheiro – Economista-----
- . Paulo Alexandre Pereira Massas – Técnico Profissional de 1ª Classe-----

Ponto 2.7 – MARCAÇÃO DE HASTA PÚBLICA PARA VENDA DE LOTES NOS LOTEAMENTOS HABITACIONAIS DA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA (Barro Branco), DA NAVE (Nora) E DO FORNO (Orada)----

A Câmara Municipal de Borba, deliberou, por unanimidade, marcar hasta pública para dia 07 de Junho de 2003, às 10:00 horas, para venda dos seguintes lotes de terreno sitos no Loteamento Habitacional da Nave – Nora:-----

Loteamento Habitacional da Nave – Nora-----

Lote n.º	Área (m ²)	N.º de Pisos	Utilização	Valor da adjudicação
2.5	198.00	2	Habitação Unifamiliar	14.000 €
2.6	198.00	2	Habitação Unifamiliar	14.000 €
2.7	198.00	2	Habitação Unifamiliar	14.000 €

Foi ainda deliberado, por unanimidade, marcar hasta pública para o mesmo dia (07/06/03), às 11:30 horas, para venda dos seguintes lotes de terreno sitos no Loteamento Habitacional da Nossa Senhora da Vitória – Barro Branco:-----

Loteamento Habitacional da Senhora da Vitória – Barro Branco-----

Lote n.º	Área (m ²)	N.º de Pisos	Utilização	Valor da adjudicação
08	389.50	1	Habitação Unifamiliar	20.000 €
09	323.00	1	Habitação Unifamiliar	17.500 €
10	420.00	1	Habitação Unifamiliar	21.000 €
15	166.50	2	Habitação Unifamiliar	18.000 €
18	180.23	2	Comércio / Habitação	30.000 €
32	330.00	1	Habitação Unifamiliar	17.500 €
33	330.00	1	Habitação Unifamiliar	17.500 €
34	330.00	1	Habitação Unifamiliar	17.500 €

Mais, foi deliberado, por unanimidade, marcar hasta pública para o mesmo dia (07/06/03) às 15:00 horas, para venda dos seguintes lotes de terreno sites no Loteamento Habitacional do Forno – Orada:-----

Loteamento Habitacional do Forno – Orada-----

Lote n.º	Área (m ²)	N.º de Pisos	Utilização	Base de Licitação
21	208	1.5	Habitação Unifamiliar	15.000 €
25	227.5	1.5	Habitação Unifamiliar	14.000 €
26	227.5	1.5	Habitação Unifamiliar	14.000 €
27	208	1.5	Habitação Unifamiliar	15.000 €
28	382	1	Habitação Unifamiliar	19.000 €
29	370	1	Habitação Unifamiliar	18.500 €
30	374	1	Habitação Unifamiliar	18.500 €
31	374	1	Habitação Unifamiliar	18.500 €
32	374	1	Habitação Unifamiliar	18.500 €
33	367	1	Habitação Unifamiliar	18.500 €
A	727	2	Comércio e Habitação Colectiva	62.500 €

Nota: se os lotes em venda não forem totalmente arrematados será feita nova hasta pública, no mesmo dia e, nos 30 minutos imediatos à hasta pública para aquisição de habitação própria, podendo candidatar-se à arrematação qualquer interessado, inclusivé na situação de compra e venda.

Relativamente a esta (nota) a proposta do vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra foi a seguinte: *“podendo candidatar-se à arrematação de um (1) lote qualquer interessado, inclusivé na situação de compra para venda, proposta esta, que deverá ser analisada pela maioria do executivo.-*

2.8 - ANULAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 16/04/03 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AOS REGULAMENTOS DE VENDA DE LOTES HABITACIONAIS DOS LOTEAMENTOS DE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA (Barro Branco), DA NAVE (Nora) E DO FORNO (Orada)

Propõe-se a anulação da deliberação camarária de 16 de Abril de 2003 – Ponto 2.9 “Proposta de Alteração aos Regulamentos de venda de Lotes Habitacionais dos Loteamentos de Nossa Senhora da Vitória (Barro Branco), da Nave (Nora) e do Forno (Orada)”.

Antes de se passar à votação da proposta apresentada, o vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra colocou duas questões: uma de “forma” e outra de “conteúdo”. Referindo-se à questão de “forma” o vereador referiu que na última reunião de Câmara foi deliberado apresentar a proposta de alteração aos regulamentos de venda de lotes habitacionais na sessão da Assembleia Municipal, logo o Presidente da Câmara não tinha legitimidade para a fazer retirar, na sessão de Assembleia Municipal, e menos legitimidade tinha quando não decidiu sobre ele.

Interveio o Sr. Presidente referindo que antes da sessão da Assembleia Municipal tinha conversado com alguns membros deste Órgão, e que após lhe ter apresentado esta questão, a primeira coisa que lhe ocorreu foi de que ele propusesse, na referida sessão, a retirada do ponto. Talvez porque também não foi a primeira vez que aconteceram situações como esta, ou seja: enquanto foi Presidente da Assembleia Municipal, no mandato anterior, também aconteceram situações idênticas. Contudo, concorda com o que foi dito pelo vereador Joaquim Serra e, já estava à espera que ele levantasse esta questão, pois ele próprio, mais tarde, reconheceu que não tomou a decisão correcta, ou seja, a proposta deveria ter sido rejeitada pela Assembleia Municipal em vez de ter sido retirada.

Quanto à questão de “conteúdo”: o vereador Joaquim Serra referiu que, na sua opinião, anular a proposta é retroceder, ou seja: “vai lançar a Câmara em inúmeras hastas públicas, com as suas despesas inerentes, e vai manter um nível especulativo”. Considera que a proposta de 16/04/03, bem divulgada, estava aberta a todas as pessoas, e era sempre considerada uma situação de transparência, desde que os lotes fossem adquiridos de acordo com o regulamento.

Entretanto o Presidente esclareceu que, embora não discorde da opinião do vereador Joaquim Serra, depois de ponderar bem esta questão, em conjunto com os outros dois vereadores, concluíram o seguinte:- que referiu a título

de exemplo “um indivíduo em vez de participar na hasta pública pode decidir vir comprar directamente à Câmara, para evitar que o valor do lote pudesse vir a subir”.-----

Outra questão apresentada pelo vereador Joaquim Serra, ainda relacionada com as hastas públicas: “a localização dos lotes”. A título de exemplo referiu: “ na última hasta pública – loteamento do Forno – Orada, foi vendido um lote num local completamente isolado, não tendo sido vendido nenhum lote dos que ficam situados dos lados, o que significa que em termos de infraestruturas fica muito mais caro para a Câmara. Por isso, na sua opinião, a Câmara tem que encostar os lotes uns aos outros e tem que os ir arrumando, porque é muito mais fácil ir organizando o loteamento e satisfazendo as pessoas se os lotes tiverem todos seguidos.-----

Analisada e discutida a proposta foi a mesma colocada à votação, tendo sido **deliberado por maioria** (com três votos a favor e dois votos contra) **anular a deliberação camarária de 16 de Abril de 2003** – Ponto 2.9 “Proposta de Alteração aos Regulamentos de venda de Lotes Habitacionais dos Loteamentos de Nossa Senhora da Vitória (Barro Branco), da Nave (Nora) e do Forno (Orada)”.-----

Ponto 2.9 – ACTIVIDADES DA CÂMARA-----

O Senhor Presidente iniciou este ponto começando por informar das reuniões em que participou, entre a penúltima reunião de Câmara e esta.-----

. Reunião com a Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa para esclarecer a questão, abordada na última reunião de Câmara pelo vereador Artur, relativa ao traçado da 508, tendo em conta os trabalhos na Ribeira – arranjos paisagísticos, pavimentação e substituição da conduta de água.----

. Assembleia Geral da EDC Mármore, para apreciação das Contas.-----

. Reunião com a Rebel, no sentido de tentar negociar a estrutura metálica do Palacete dos Melos.-----

. Reunião com a proprietária de um terreno em Rio de Moinhos, tendo em conta a intenção da Câmara – abertura de uma Rua que liga a azinhaga da Boavista à Escola Primária.-----

. Reunião com o Secretário de Estado da Administração Local, em Lisboa, sobre a Agenda Local 21.-----

. Participou na Visita ao Sistema Multimunicipal de Águas do Algarve.----

. Reunião com a EDP, em Estremoz, sobre a relação entre EDP e Câmaras Municipais, e sobre o Protocolo que foi assinado.-----

. Reunião do Conselho Cinegético.-----

. Participação no Conselho da Administração da AMDE e da Assembleia Intermunicipal. Informou que a situação continua complicada no que

respeita ao endividamento, por parte das Câmaras. Informou ainda que quanto à Central de transferência de Resíduos Sólidos de Borba, está praticamente tudo pronto, faltando apenas a electricidade, mas existe um gerador que a pode substituir. Contudo ainda não arrancaram, com o seu funcionamento, e ele próprio não percebe porquê.-----

. **Entretanto o Sr. Presidente** solicitou um esclarecimento ao vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra, sobre um projecto que lhe foi entregue pelo Arqº. Paulo Barral, e, que ao que lhe parece trata-se de um projecto que foi apresentado na globalidade, que depois foi substituído pelo projecto do Jardim Municipal. Por aquilo que verificou pensa que com este projecto existe a hipótese de se fazer a candidatura dos Arranjos Paisagísticos do Bairro 1º de Maio.-----

Usou da palavra o vereador Joaquim Serra esclarecendo o seguinte: Quando se começou a desenvolver o projecto do Jardim Municipal havia uma orientação no sentido de se terem que integrarem projectos na globalidade. Como, na altura, havia as infraestruturas do Bairro 1º de Maio para realizar; como tinha sido já realizado o Parque de Estacionamento frente à Escola; como havia a zona do Quiosque e ainda os Sanitários do Jardim e o próprio Jardim, para que a candidatura do Jardim não aparecesse só com um projecto desgarrado (e como na AIZM havia de ter uma leitura integrada de projectos global) pensou-se nestes arranjos todos. Havia ainda outra proposta que, embora não estivesse tão definida, fazia circuitos internos dentro da vila (para resolver o problema da envolvente das muralhas, do interior das muralhas, etc.) mas tudo numa lógica de enquadramento, que era o espírito do programa. Acontece que, pouco depois, começaram logo a cortar e a amputar, ou seja, já não podia entrar o Bairro 1º de Maio, a entrada da vila também não, etc.-----
Entretanto o Sr. Presidente perguntou se isto se poderá considerar um arranjo paisagístico e uma requalificação urbana que se pode eventualmente candidatar, ao que o vereador Joaquim Serra respondeu positivamente e referiu que a ideia do anterior executivo era que a candidatura se integrasse numa óptica do projecto integrado. Pensa tratar-se de uma candidatura, que se pode aproveitar em termos de requalificação urbana.-----

O Vereador Artur Pombeiro informou o restante executivo das actividades relativas ao seu pelouro:-----

. Abertura de mais uma parte de remodelação das águas da Nora.-----

. Melhoramentos nas Piscinas Municipais – diminuir a profundidade do tanque grande e revestimento das paredes dos dois tanques.-----

- . Continuam os trabalhos na Rua de S. Francisco – está instalada a conduta nos passeios e os ramais estão todos feitos.-----
- . Continuam os trabalhos de calcetamento na Zona de Expansão Habitacional da Cerca.-----
- . Continua a reparação de caminhos rurais. Relativamente a caminhos rurais o vereador Artur disse ao vereador Vicente Ermitão que ainda não teve disponibilidade para ir com ele ver os alguns dos caminhos da Orada. Contudo, não está esquecido e, irá logo que tenha disponibilidade.-----

O Vereador Humberto Ratado, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:-----

- . Realização da Feira do Queijo-----
- . Comemorações do 25 de Abril-----
- . Apoio nas Romarias de S. Gregório e St^a. Bárbara.-----
- . Realizou-se uma reunião com os técnicos da Câmara e técnicos da DREA para se iniciarem os trabalhos da Carta Educativa, que decorrerão na Câmara Municipal.-----
- . Participação numa reunião da Região de Turismo de Évora para apresentação das Contas.-----
- . Participação numa reunião de parceiros do PIC.-----
- . Participação na reunião da Assembleia Geral do Agrupamento de Escolas.-----
- . Apoio e autorização para realização da prova 16^a Baja, que decorreu o fim-de-semana passado.-----
- . Continuação da realização de provas concelhias para as OPDE's, nomeadamente o 1º. Tiro aos Pratos, que teve lugar em Rio de Moinhos.----
- . Participação na entrega das Faixas de Campeões Distritais do Grupo Desportivo e Cultural de Rio de Moinhos.-----
- . Continuação do Mini-Ténis nas Escolas EB1.-----
- . Organização da Feira das Ervas Alimentares, que se irá realizar no período de 27 a 29 de Junho/2003 na Orada.-----
- . Os técnicos da Sopol já se deslocaram ao Pavilhão Gimodesportivo. Fizeram uma vistoria, e como resultado da mesma enviaram ofício informando das anomalias detectadas e que entre dias 15 e 16 deste mês irão dar início aos trabalhos que se propuseram efectuar para corrigir essas anomalias. O vereador informou que relativamente ao problema das caldeiras, a DREA sugeriu que não se deveria intervir sem esclarecimento total da situação.-----

Neste ponto da ordem de trabalhos o vereador Artur Pombeiro prestou ainda as seguintes informações:-----

. Relativamente à obra do Notariado, a Arq^a Renata já contactou a Edicon, quer através de ofício, quer através de fax, por diversas vezes, dos quais ainda não se obteve qualquer resposta. Informou que ele próprio já tentou contactar o Sr. Batista, mas também não tem conseguido, situação que o leva a pensar que poderão ocorrer problemas com a empresa.-----

. Para que não venha a causar surpresas, informou que as laranjeiras vão ser cortadas de novo e desinfectadas.-----

O vereador Vicente Ermitão manifestou o seu descontentamento relativamente ao programa do 25 de Abril na freguesia de Orada, uma vez que não lançaram nem um foguete na noite de 24, assim como também não houve nenhuma actividade no próprio dia 25. Considera que foi uma das comemorações do 25 de Abril das mais pobres e notou-se o descontentamento da maioria das pessoas.-----

. Relativamente à questão que colocou em reunião anterior sobre a fossa dos porcos, o vereador Ermitão perguntou ao Sr. Presidente se já foi tomada alguma medida. Gostaria que, enquanto fizesse parte deste executivo, este problema ficasse resolvido.-----

O Sr. Presidente informou que, tal como disse na reunião anterior, intercedeu directamente junto do Director Regional, e, este por sua vez ficou de ver esta situação com os serviços. No dia que chegou o ofício do Presidente da Junta de Freguesia da Orada, denunciando esta situação, foi de imediato dado conhecimento ao Delegado de Saúde e à Direcção Regional do Ambiente. Como ainda nada foi feito, entende que esta questão tem que voltar a ser pressionada de novo. Informou ainda que há boatos da existência de despejos de suinicultura a entrarem na Albufeira do Monte Branco e há também problemas com a suinicultura da Sacosa em análises feitas a furos, e estas começam a ser situações preocupantes.-----

Também relativamente ao 25 de Abril **o vereador Joaquim Serra** manifestou um protesto pela falta de informação das actividades a realizar neste dia. Referiu que já se tinha referido isto na última reunião de Câmara e, entende que, não tinha custado nada depois do programa estar elaborado, enviarem um exemplar aos vereadores desta Câmara. Com isto não quer dizer que necessitasse de convite, porque já se sentia convidado, mas gostaria de ter sabido quando, como e onde ocorreram as actividades. Referiu ainda o vereador que, como se não bastasse, nem sequer lhe foi comunicada a realização da Sessão Solene do 25 de Abril da Assembleia Municipal. Só esteve presente porque, antes, falou com outros camaradas que lhe deram essa informação. Referiu também que já teve oportunidade de falar esta questão com o Sr. Presidente que lhe disse ter sido uma falha

dele, contudo não poderia deixar de manifestar o seu descontentamento e de chamar a atenção para que este tipo de ocorrências não se repetissem. Também no que respeita às iniciativas da Câmara, entende que todos os vereadores têm o direito de ser informados de todas as iniciativas como e onde ocorrem. Frisou ter ficado chocado porque estava a contar participar na inauguração da ETAR da Ribeira, e não foi porque não sabia quando ocorria nem a hora.-----

Usou da palavra o Sr. Presidente informando que as convocatórias para os vereadores foram-lhes entregues em mão pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, as quais ele colocou em cima da secretária que ficaram envolvidas com outros papéis. Só mais tarde deparou com as mesmas e verificou então que não tinham sido entregues a nenhum dos vereadores.-----

Sobre a outra questão – iniciativas da Câmara – o Sr. Presidente referiu já ter comentado este assunto com o vereador, e entende que não custa nada este tipo de informações serem transmitidas a tempo.-----

Outra questão colocada pelo vereador Joaquim Serra: “perguntou se existe protocolo com o Clube de Ténis de Montemor-o-Novo, ao que o vereador Humberto Ratado respondeu que não. “Qual foi a modalidade encontrada para a continuação do Mini-Ténis e qual o valor envolvido” perguntou o vereador Joaquim Serra. Respondeu o vereador Humberto que foi feita uma prestação de serviços, no valor de 4.500 Euros.-----

Ainda neste ponto da Ordem do Dia, os vereadores eleitos pela CDU apresentaram um Protesto e uma Reivindicação, que se passam a transcrever:-----

1 – Protesto – “Periodicidade das reuniões”-----

Os vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal de Borba, não podem deixar de apresentar o seu protesto e descontentamento pela falta de cumprimento, por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal, da Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, nomeadamente no disposto no “**Artigo 62º Periodicidade das reuniões ordinárias, que estipula no seu nº.1, que as reuniões ordinárias se efectuam semanalmente, salvo se reconhecer conveniência em que se efectuem quinzenalmente**”.-----

A última reunião de Câmara realizou-se em 16 de Abril, pelo que este órgão esteve praticamente um mês sem reunir privando desta forma os vereadores em minoria do acesso à informação e afastando-os da participação activa no desempenho das suas funções. Por outro lado este procedimento revela para 2º plano a prestação de contas por parte do Sr. Presidente e Vereadores, em regime de permanência, da actividade desenvolvida por estar desajustada no tempo”.-----

2 – Reclamação/Reivindicação – “Pagamentos de água – Resíduos Sólidos – Saneamento”

1º Estão a chegar à população os novos recibos de água.

Tal como a CDU sempre afirmou, o preço da água para munícipes com consumos médios até 10m³ aumentou mais de 30%.

Acresce ao recibo os novos serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos bem como o saneamento o que origina a duplicação das verbas a pagar por parte dos munícipes independentemente de estarem ou não a ser servidos por rede de saneamento.

2º Como se não bastasse, os aumentos impostos por força da aplicação das novas tabelas de taxas municipais (aprovadas pelos eleitos do PS na Câmara e Assembleia Municipal) a Câmara Municipal cobra ilegalmente IVA de 5% sobre os novos serviços quando os mesmos estão isentos de acordo com o código do IVA.

3º Face à situação de ilegalidade criada os vereadores eleitos pela CDU reivindicam:

- a suspensão imediata da emissão de recibos e a correcção da ilegalidade.--
- a restituição aos munícipes das quantias indevidamente cobradas.-----
- a não facturação aos munícipes a quem o serviço de saneamento não é prestado.-----

Relativamente ao Protesto “Periodicidade das reuniões”, o Sr. Presidente esclareceu que já tinha falado com o vereador Joaquim Serra e lhe tinha transmitido que não havia assuntos para a Ordem de Trabalhos, daí não ser agendada nenhuma reunião naquele período.

De seguida o vereador Joaquim Serra solicitou que lhe fossem facultados, na próxima reunião, os seguintes elementos:

- Encargos assumidos e não pagos – final de Abril-----
- Mapa de endividamento – empréstimos-----
- Quadro de candidaturas a todos os programas-----
 - Candidaturas apresentadas-----
 - Candidaturas aprovadas-----
 - Candidaturas em execução-----
- Cópia das alterações orçamentais 2003 (se foram algumas feitas)-----
- Quadro de contratação administrativa 2002/2003 (situação de contratos)
- Listagem de pessoal nas seguintes condições:-----
 - Pessoal além dos quadros-----
 - Pessoal contratado a termo certo-----
 - Pessoal em regime de tarefa ou avença-----
 - Pessoal em qualquer outra situação (POC – POC Subsidiado – Estágios)--

Usou da palavra o vereador Humberto Ratado para esclarecer relativamente ao descontentamento apresentado pelo vereador Ermitão sobre o 25 de Abril. Frisou que a questão dos foguetes (na noite de 24) nas freguesias de Rio de Moinhos e Orada e também nas aldeias da Nora e Barro Branco, era uma situação complicada porque não havia pessoas para prestarem esse serviço, tendo em conta que têm que estar credenciadas. Referiu ainda que foi tudo tratado para no dia 25 de manhã serem lançados foguetes, não só em Borba, mas também nas freguesias e nas aldeias do concelho, e segundo a informação que teve isso aconteceu. Quanto à questão de ser o 25 de Abril mais pobre, o vereador Humberto referiu que, talvez tivesse sido o mais pobre, contudo o passo que tem que ser dado à medida do que se pode. Na sua opinião, o importante é comemorar-se o 25 de Abril e que ele seja sempre lembrado. Frisou que passou por todo o concelho uma prova de cicloturismo (Orada, Aldeia de Sande, Alcaraviça, Nora, Ribeira, Rio de Moinhos, Barro Branco e Borba). Inclusivamente na freguesia de Orada tiveram um pequeno suplemento de alimentação, bem como em Rio de Moinhos e Borba. Por isso, quanto a esta questão, considera que o concelho lembrou o 25 de Abril. Frisou ainda que na sede de Concelho houve alguns espectáculos, e houve também uma exposição muito importante de um trabalho feito pela Escola EB 2,3, que esteve patente no Celeiro da Cultura até dia 30 de Abril. Verificou-se um empenho muito grande por parte dos miúdos do concelho, onde aprenderam algo sobre o 25 de Abril, e os mais velhos acreditaram e deixaram as suas opiniões que ficaram registadas.-----

. No que concerne à falta de informação, das actividades do 25 de Abril, referida pelo vereador Joaquim Serra, o vereador Humberto Ratado frisou que na última reunião de Câmara fez um relato do que ia acontecer durante o 25 de Abril. Disse que não ia ser muito diferente em relação ao do ano anterior. Falou, inclusivamente quais os grupos que iam actuar, por isso considera que foi prestada a informação prévia ao vereador Joaquim Serra e que por aí o vereador não deveria falar, podendo falar se quisesse em relação à população. Contudo, quanto à população, na sexta-feira antes do 25 de Abril saíram para a Rua os programas. Também já tinha referido em reunião anterior que com a realização da Feira do Queijo, uma semana antes do 25 de Abril, juntou-se muito trabalho e foi feito um grande esforço para poder lançar os programas.-----
Quanto ao convite para a inauguração da ETAR da Ribeira, informou que foi enviado para todos os eleitos da Câmara, Assembleia e Juntas de Freguesias.-----

Usou da palavra o vereador Vicente Ermitão sublinhado que quando, na sua intervenção, se referiu ao 25 de Abril mais pobre, referiu-se apenas à

freguesia da Orada, e, não a todo o concelho. No que respeita aos foguetes, considera que para se deitarem meia dúzia de foguetes não é necessário ser uma pessoa credenciada, pois toda a vida isso aconteceu, e há muitas pessoas nas freguesias que o sabe fazer.-----

Interveio o vereador Humberto Ratado referindo que o vereador Ermitão até tem razão ao dizer que há muitas pessoas nas freguesias que sabem lançar fogo, contudo se acontecesse algum imprevisto alguém teria que ser responsável.-----

Antes de dar a reunião por encerrada, o Senhor Presidente procedeu à leitura da minuta da acta, que foi aprovada por unanimidade e ficará anexa a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

-----ENCERRAMENTO-----

Por não haver mais nada a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, composta por dezanove páginas que vai ser assinada pelo Presidente e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista que a redigi.-----